



palavras: os recursos públicos que, historicamente, eram endereçados aos realizadores de filmes, passaram a beneficiar também distribuidores, donos de salas de exibição e produtores de séries de TV.

Nos últimos dois anos, 713 empresas receberam verbas do FSA. Como diz Marcelo Ikeda, autor do livro "Cinema Brasileiro a Partir da Retomada" (Summus Editorial), o FSA quebrou a lógica assistencialista, que, ao estimular unicamente a produção, gerava um descompasso entre oferta e demanda.

Apesar de ter sido criado em 2006 e ter feito a primeira chamada pública em 2008, o FSA explodiu em 2013, com a chegada da Condecine paga pelas teles. Hoje, opera ao menos 15 linhas. É o Estado que, a partir da identificação de gargalos e necessidades, define as áreas a serem estimuladas. Há, além do tradicional apoio a longas-metragens, programas voltados à abertura de salas de cinema para a classe C, à produção de obras destinadas à rede pública de TV e à aquisição de direitos por distribuidoras.

"Ter o FSA significa continuar existindo. Só no ano passado, fomos contemplados seis vezes", diz Silvia Cruz, da Vitrine, distribuidora dedicada a filmes brasileiros de perfil autoral. "Por causa do FSA, as distribuidoras brasileiras independentes podem investir também na produção de um filme [entrando no projeto desde o roteiro]. Isso não só agiliza o tempo de financiamento da produção como nos permite competir de igual para igual com as 'majors'."

A seleção dos projetos fica sob a tutela da **Ancine (Agência Nacional do Cinema)**. Apesar de a **Ancine** ter sido criada como agência, entre outros motivos, para não se tornar um "balcão" e escapar do fantasma do clientelismo que rondava a estatal **Embrafilme**

(1969-1990), hoje é ela que coordena, via FSA, boa parte dos recursos do cinema. Mesmo havendo queixas aqui e ali, as acusações de privilégios inexistem. O diretor Hector Babenco, ao lançar seu mais recente filme, "Meu Amigo Hindu", disse em entrevistas que não conseguia mais recursos do Estado. O que se contesta, por vezes, são os critérios de avaliação.

"Há uma valorização excessiva das grandes produtoras", diz o cineasta Alain Fresnot. "Recentemente, perdi uma concorrência por ter um currículo de três ficções e um **Documentário** nos últimos dez anos, sendo que a exigência era de quatro ficções."

**Manoel Rangel**, diretor-presidente da **Ancine**, diz que a análise de projetos é objetiva e baseada em critérios públicos. "As pessoas, ao construir seus projetos, sabem que estão dialogando esses critérios públicos que condensam uma experiência da agência, mas também uma experiência internacional", diz. "Os profissionais que fazem as análises e que respondem pela pontuação de cada item têm experiência profissional e sabem como encontrar os elementos analisados em cada quesito. Aos critérios bem definidos soma-se uma diversidade de olhares." As avaliações são feitas por pareceristas externos, analistas da **Ancine** e pelo comitê gestor e/ou comitê de investimentos.

Outro aspecto fundamental do FSA é que são duas as modalidades de investimentos: reembolsáveis e não reembolsáveis. A ideia é que parte dos valores investidos retornem ao Estado e que o fundo se retroalimente. O retorno, no entanto, ainda é baixo. As explicações para isso são várias. Sabe-se, primeiramente, que o mercado de cinema é concentrado e que poucos filmes tendem a responder por boa parte da bilheteria. Dos 126

títulos brasileiros lançados em 2015, 13,5% deles responderam por 94,5% dos ingressos.

Sérgio Sá Leitão, ex-presidente da **RioFilme** e hoje à frente da AffroReggae **Audiovisual**, diz que outro problema é que o FSA ainda não dá conta das dinâmicas econômicas do setor. "A lógica de fomento impera, e não a de investimento. Mas a meta de retorno é plausível; basta ver a experiência da **RioFilme**. Outra questão é que boa parte do valor arrecadado não é destinado ao setor, como manda a lei, e acaba retido pelo governo", diz, referindo-se ao contingenciamento de verbas.

Ikeda, assim como Leitão, sublinha que o FSA é fundamental para o atual ciclo de crescimento do **Audiovisual**, mas também aponta falhas. "O FSA ainda está voltado a uma lógica de investimento tradicional, priorizando a produção", diz. "Para que se atinja uma nova etapa de desenvolvimento, seria necessária uma visão mais arrojada, que contemplasse o investimento em incubadoras, modelos de inovação, arranjos produtivos locais, infraestrutura técnica e modelos de produção menos hierarquizados."

Para exemplificar os obstáculos que um filme nacional enfrenta, Ikeda cita a animação "O Menino e o Mundo", que só despertou a atenção do público após ser indicada ao Oscar: no cinema, vendeu 35 mil ingressos. "Qualidade não falta à produção brasileira, mas é preciso pensar em canais para ampliar o mercado. Se o retorno financeiro da maior parte dos projetos permanece como realidade distante, não é meramente porque os 'filmes são ruins e não dão público'. A questão é mais ampla." Apesar das observações pontuais, o FSA é, por ora, uma rara unanimidade em um setor habitualmente dividido e contestador.